

ALGUMAS NOTAS SOBRE A POBREZA INFANTIL EM PORTUGAL

SOME NOTES ON CHILD POVERTY IN PORTUGAL

**AMÉLIA BASTOS
CARLA MACHADO
JOSÉ PASSOS**

Centro de Matemática Aplicada à Economia e Decisão Estatística
Instituto Superior de Economia e Gestão

RESUMO

O problema da pobreza infantil está nas agendas políticas internacionais, a sua redução é uma prioridade política e a sua análise tem constituído uma temática de desenvolvimento crescente no meio académico. Este artigo sistematiza os tópicos de uma análise mais vasta deste problema*, apresentando os seus contornos mais significativos.

A partir dos microdados incluídos no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE, disponibilizados para o período 2004-2008 e a partir dos conceitos de pobreza monetária e de privação é avaliada a pobreza infantil, do ponto de vista estático e dinâmico. É também realizado um exercício de simulação que visa realizar uma primeira aferição da eficácia de algumas medidas de política social, no contexto desta problemática.

Os resultados obtidos sublinham a importância da pobreza ao nível das crianças, que constituíam o grupo etário mais vulnerável à pobreza no final do período considerado. Do ponto de vista da composição familiar, sobressaem os agregados familiares monoparentais e as famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças a cargo, como sendo as tipologias onde a pobreza infantil se faz sentir de forma mais gravosa. O impacto da política social não parece ter sido significativo na redução deste problema durante o período de análise.

* Este artigo tem por base o Projecto Pobreza Infantil em Portugal desenvolvido pelos autores deste artigo para o GEP/MTSS.

ABSTRACT

The problem of child poverty is in the international political agenda, its reduction is a priority policy and its analysis has been a subject of increasing development by academics. This article explores the topics of a broader analysis of this issue, designing its most significant characteristics.*

Based in the microdata included in the survey on Income and Living Conditions (INE), available for the period 2004-2008 and using the concepts of income poverty and deprivation, child poverty is measured according to a static and a dynamic approach. It is also conducted a simulation exercise aimed at assessing the effectiveness of some social policy measures designed to reduce the problem of child poverty.

The results underline the importance of poverty within children who were the most vulnerable age group at the end of the period analysed. From the viewpoint of family composition stand single parent households and households including two adults and three or more dependent children as typologies where child poverty is felt more heavily. Social policy roughly reduced the problem, suggesting the design of alternative policies.

* This article is based on the results obtained in the Project Pobreza Infantil em Portugal developed by the authors for GEP/MTSS.

1. Introdução

A pobreza infantil é actualmente um problema que se impõe, quer pela sua dimensão como pelas suas consequências. Os dados mais recentes do EUROSTAT mostram que na UE (27) cerca de uma em cada cinco crianças é pobre, valor relativamente elevado, por um lado, e por outro lado, surpreendente no contexto a que se refere. Se em tempos idos a pobreza infantil era conotada com a fome e a subnutrição da África ou da Ásia, actualmente todos reconhecem os contornos diferenciados do problema no mundo dito desenvolvido.

As consequências da pobreza infantil fazem-se sentir no curto prazo mas também perduram no médio e longo prazo¹. As deficientes condições de nutrição condicionam a saúde das crianças de meios mais desfavorecidos, não promovem o seu desenvolvimento e limitam o seu sucesso escolar. Com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional estas crianças serão adultos com dificuldades de inserção no mercado de trabalho e com uma cidadania comprometida.

A pobreza infantil é um problema que a todos diz respeito. Porque significa custos monetários – através das transferências sociais que lhe estão subjacentes – e custos sociais – resultantes dos problemas que lhes estão associados. A existência de crianças pobres traduz também um desaproveitamento de recursos e, em certa medida, um desinvestimento no potencial humano e, dessa forma, no futuro.

Pela sua dimensão, pelos seus custos e pelas suas consequências, a pobreza infantil constitui um problema que urge soluções. Todavia, o desenho de medidas de política social ou mesmo de acções que permitam debelar a sua importância carece de diagnósticos precisos, actualizados e com informação qualificada. O projecto desenvolvido para o GEP/MTSS sobre *A Pobreza Infantil em Portugal* pretende contribuir para caracterizar esta problemática a partir dos dados estatísticos disponíveis para o efeito, nomeadamente o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e o Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (IDEF), desenvolvidos pelo INE. Neste artigo

são apresentados os elementos de caracterização mais significativos deste problema e analisada a eficácia das medidas de política social implementadas. O período de análise vai de 2004 a 2008, período para o qual o INE disponibilizou os microdados².

Se em tempos idos a pobreza infantil era conotada com a fome e a subnutrição da África ou da Ásia, actualmente todos reconhecem os contornos diferenciados do problema no mundo dito desenvolvido.

Este artigo compreende, após esta secção introdutória, três secções adicionais. Na secção 2 são analisadas as estatísticas que caracterizam a pobreza monetária e a privação. Na secção 3 é analisado o impacto da política social na pobreza infantil e é realizado um pequeno exercício de simulação, com vista a perceber quais os efeitos de potenciais alterações de algumas medidas. A secção 4 sistematiza e discute as principais conclusões.

¹ Para uma discussão detalhada destas consequências veja-se, por exemplo: GRIGS and WALKER, 2008 e DANZIGER and DANZIGER, 2010.

² A base de dados utilizada diz respeito a 19/2/2010. O INE forneceu em Dezembro de 2010 uma actualização desta base que já não foi possível utilizar neste artigo, mas que será empregue nos apuramentos incluídos no relatório final do projecto subjacente ao mesmo.

A pobreza infantil é um problema que a todos diz respeito. Porque significa custos monetários – através das transferências sociais que lhe estão subjacentes – e custos sociais – resultantes dos problemas que lhes estão associados. A existência de crianças pobres traduz também um desaproveitamento de recursos e, em certa medida, um desinvestimento no potencial humano e, dessa forma, no futuro.

2. Dimensão do problema

A aferição da pobreza infantil é determinada pelo conceito de pobreza adoptado. Neste trabalho foram consideradas duas definições de criança pobre, de acordo com as abordagens monetária e de privação da problemática mais geral da pobreza. Assim e de acordo com a perspectiva monetária, uma criança é pobre caso esteja incluída num agregado familiar pobre ou seja, com um rendimento por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza³. O conceito de privação parte da observação directa das condições de vida dos indivíduos, definindo-se uma criança como pobre caso esta viva em condições abaixo de uma norma social mínima, condições essas aferidas a partir de um conjunto de indicadores de bem-estar previamente definidos⁴.

Em qualquer dos casos a unidade de observação é a criança – indivíduo com menos de 18 anos – apesar da informação contida na base de dados utilizada obrigar a que seja o agregado familiar a unidade de medida.

A análise da pobreza infantil a que iremos proceder de seguida tem subjacentes estas abordagens/conceptualizações da pobreza infantil.

2.1. Pobreza monetária

A aferição da pobreza infantil a partir do conceito de pobreza monetária é feita de acordo com uma perspectiva estática – aferição da pobreza em cada ano – e com uma perspectiva dinâmica – análise da duração do problema.

Do ponto de vista estático a análise da pobreza infantil tem subjacente a medida desenvolvida por FOSTER, GREER e THORBECKE (1984) que reflecte a incidência ou risco de pobreza, a intensidade e a severidade da pobreza. A Tabela 1 inserida em anexo sistematiza os apuramentos obtidos destas estatísticas para o período em análise, a partir dos microdados incluídos nos ICOR.

No período 2004 a 2008 quase uma em cada quatro crianças era pobre em Portugal. Este valor para além de se destacar em termos absolutos também é significativo

³ Esta é a metodologia clássica de análise da pobreza, utilizada pelo EUROSTAT e em Portugal pelo INE.

⁴ A metodologia de análise multidimensional da pobreza foi inicialmente proposta por TOWNSEND (1979). O EUROSTAT tem vindo a integrar esta perspectiva de análise nomeadamente no que diz respeito à pobreza infantil, tal como pode ser visto em European Commission (2008). A partir de indicadores de bem-estar definidos especificamente para este trabalho esta metodologia é também prosseguida neste artigo.

em termos relativos. De facto as crianças constituem o grupo etário onde se registou uma evolução mais desfavorável do risco de pobreza, sendo em 2008 o grupo mais vulnerável. No subgrupo das crianças é importante sublinhar o risco mais acentuado de pobreza das crianças mais velhas (com 16 e 17 anos) facto que não permite antever progressos ao nível do problema mais geral da pobreza.

Em termos de intensidade e de severidade é também no grupo das crianças que se verifica uma maior acuidade do problema da pobreza, facto preocupante fundamentalmente por duas ordens de razão: por um lado porque significa condições de vida mais gravosas e, por outro lado, porque traduz uma diversidade acrescida das situações de pobreza, facto que dificulta o desenho de medidas que visem reduzir o problema. Este cenário sublinha a importância de realizar diagnósticos precisos e actualizados desta problemática que facilitem a definição de medidas que permitam a sua efectiva redução.

No quadro da análise da base de dados transversal do ICOR, foram identificadas tipologias familiares particularmente vulneráveis à pobreza infantil. É no subconjunto das famílias monoparentais e dos agregados familiares com três ou mais crianças que se registam níveis mais preocupantes de pobreza infantil. Nestas tipologias familiares, mais de uma em cada três crianças é pobre.

A análise da base de dados longitudinal do ICOR, disponibilizada para o período 2005 a 2007, permite complementar as conclusões estabelecidas no contexto da análise estática apresentadas. Os apuramentos que constam da Tabela 2 em anexo traduzem um padrão sistemático de melhoria no que concerne à taxa de saída da pobreza, para os diferentes grupos etários no período de observação. As crianças apresentam uma taxa de saída superior à dos restantes grupos etários em 2006 mas inferior à dos idosos em 2007.

Todavia, em termos de taxa de entrada na pobreza verifica-se que as crianças apresentam em ambos os anos taxas de entrada superiores às da generalidade dos indivíduos e à dos adultos em particular e, em 2007, surgem mesmo como o grupo etário com a maior taxa de entrada na pobreza.

Os dados relativos à taxa de persistência da pobreza sublinham a importância da duração da pobreza no subconjunto das crianças que, logo a seguir aos idosos, constituem o grupo etário com maior taxa não se registando

E de acordo com a perspectiva monetária, uma criança é pobre caso esteja incluída num agregado familiar pobre ou seja, com um rendimento por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza . O conceito de privação parte da observação directa das condições de vida dos indivíduos, definindo-se uma criança como pobre caso esta viva em condições abaixo de uma norma social mínima, condições essas aferidas a partir de um conjunto de indicadores de bem-estar previamente definidos.

No período 2004 a 2008 quase uma em cada quatro crianças era pobre em Portugal. Este valor para além de se destacar em termos absolutos também é significativo em termos relativos. De facto as crianças constituem o grupo etário onde se registou uma evolução mais desfavorável do risco de pobreza, sendo em 2008 o grupo mais vulnerável.

Os dados relativos à taxa de persistência da pobreza sublinham a importância da duração da pobreza no subconjunto das crianças que, logo a seguir aos idosos, constituem o grupo etário com maior taxa não se registando uma diferença significativa relativamente a estes. Refira-se ainda a situação particularmente desvantajosa das crianças mais velhas.

uma diferença significativa relativamente a estes. Refira-se ainda a situação particularmente desvantajosa das crianças mais velhas, resultado que vai ao encontro das conclusões estabelecidas no contexto da análise estática.

Se bem que é ao nível das famílias com dois adultos e três ou mais crianças que se verificam as maiores taxas de entrada e de saída da pobreza é também nesta tipologia que estas taxas apresentam uma menor diferenciação. Tal facto poderá indiciar durações acrescidas da pobreza nestas famílias. A escassez de observações amostrais relativas a crianças de agregados monoparentais na base de dados longitudinal não permitiu a avaliação destes movimentos para esta tipologia familiar, facto que limita o alcance desta análise.

2.2. Privação

De acordo com uma perspectiva multidimensional da pobreza, é analisada neste ponto a privação das crianças. Para tal socorremo-nos de um conjunto de indicadores de bem-estar definidos a partir da informação incluída no ICOR. Os indicadores considerados são:

- Alojamento sobrelotado⁵.
- Existência de telhado que deixa passar água, paredes/fundações/chão húmido, caixilharia de janelas ou chão apodrecido.
- Luz insuficiente no alojamento.
- Instalações de banho ou duche no interior do alojamento.
- Capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida.
- Atraso no pagamento de rendas, mensalidades de crédito à habitação, despesas correntes com o alojamento, outros empréstimos ou prestações de bens e serviços adquiridos.
- Capacidade do agregado para ter uma refeição de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias.
- Disponibilidade de telefone fixo ou móvel.
- Disponibilidade de TV a cores.
- Disponibilidade de veículo de passageiros ou misto.

⁵ Avaliado tendo em conta o número de indivíduos incluídos no agregado familiar e o número de divisões do alojamento em que coabitam.

- Poluição, sujidade, outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria ou vizinhança barulhenta ou ruídos exteriores (comércio, trânsito e indústrias).
- Crime, violência ou vandalismo na área de residência.

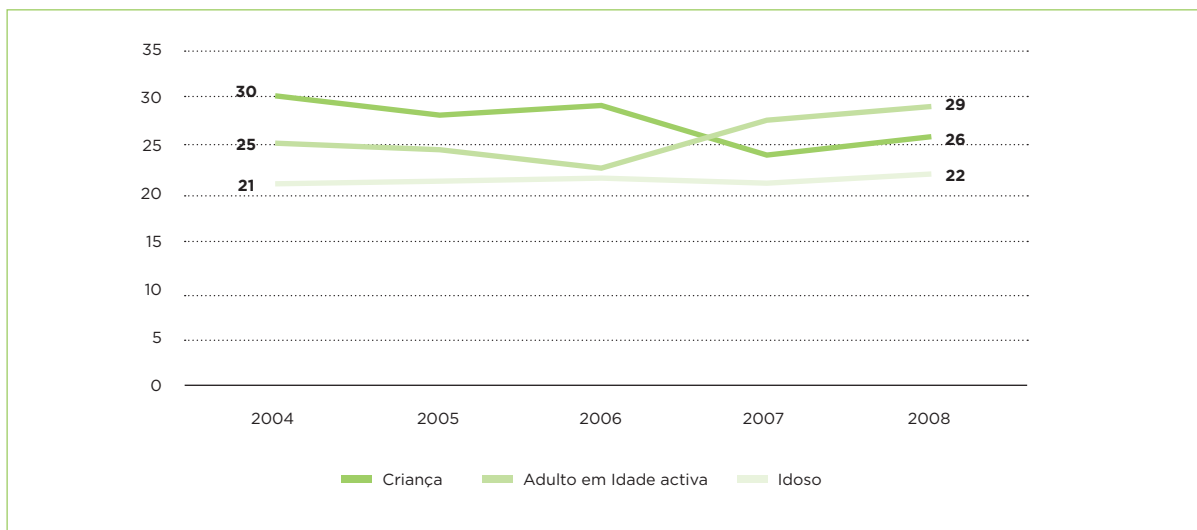
Estes indicadores têm vindo a ser utilizados tanto pelo EUROSTAT como em estudos específicos da privação ao nível das crianças⁶.

Apesar destes indicadores não serem específicos da criança o seu conteúdo informativo permite contextualizar as suas condições de vida e, de alguma forma, indicar o seu nível de privação.

A partir da utilização da Fuzzy Set Theory⁷ é avaliada a incidência ou risco de privação e a intensidade da privação, sendo a intensidade aferida através do Índice Agregado de Privação. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a evolução destes indicadores por grupo etário.

No que às crianças diz respeito, note-se que é este o grupo etário com uma evolução mais desfavorável quer do risco como da intensidade da privação, sendo também em 2008 o grupo etário onde estes indicadores registam os seus valores máximos.

Gráfico 1 Risco de privação por grupo etário

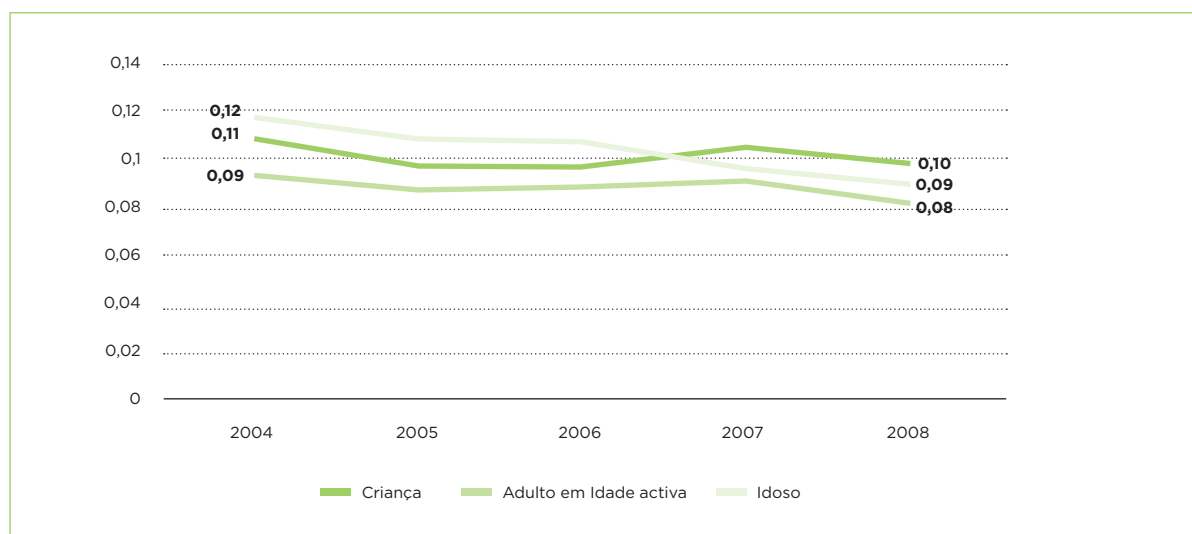


Fonte: INE – ICOR 2004 a 2008.

⁶ Refiram-se por exemplo os seguintes trabalhos: BASTOS e MACHADO (2009), BRADSHAW *et al.* (2007). Para além destes indicadores foram também utilizados os módulos adicionais do ICOR de 2006 e 2007 para complementar a análise da privação infantil. Os resultados obtidos para estes módulos podem ser vistos no trabalho final do projecto desenvolvido para o GEP/MTSS.

⁷ Para uma descrição completa desta metodologia veja-se BOMBA *et al.* (2006).

Gráfico 2 Intensidade da privação por grupo etário



Fonte: INE - ICOR 2004 a 2008.

Da análise dos gráficos anteriores sobressai o facto do risco e da intensidade da privação não evoluírem segundo o mesmo padrão. Enquanto o risco de privação cresceu para a generalidade dos grupos etários, a intensidade da privação decresceu. Este quadro evolutivo pode traduzir um desagravamento generalizado das condições de vida mas um acréscimo do número de pessoas que têm condições de vida deficitárias.

No que às crianças diz respeito, note-se que é este o grupo etário com uma evolução mais desfavorável quer do risco como da intensidade da privação, sendo também em 2008 o grupo etário onde estes indicadores registam os seus valores máximos. Estes apuramentos sublinham a importância da privação ao nível das crianças o que, concomitantemente com os resultados obtidos no contexto da pobreza monetária, alertam para a necessidade de intervenção a este nível.

Tipologias familiares tais como famílias monoparentais e agregados familiares com três ou mais crianças sobressaem enquanto composições familiares onde se verifica com maior acuidade a privação. Nestas tipologias cerca de 40 % das crianças está em situação de privação.

3. O impacto da política social na pobreza infantil

A análise da pobreza infantil realizada sublinha a importância deste problema, não só em termos da sua dimensão absoluta – cerca de uma em cada quatro crianças está em situação de pobreza monetária e quase um terço está em situação de privação – como pela sua dimensão relativa – as crianças constituem o grupo etário com uma evolução mais desfavorável quer da pobreza monetária como da privação. Estes resultados apontam para a necessidade de desenvolver medidas de política social que permitam reverter este cenário.

Nesse sentido importa por um lado, reflectir sobre o impacto das medidas de política social que foram implementadas no período em análise e, por outro lado, perceber quais os efeitos de algumas alterações dessas medidas.

Começemos por avaliar o efeito da política social implementada na redução da pobreza infantil. Note-se que os microdados disponíveis apenas nos permitem avaliar estes impactos ao nível da pobreza monetária, ficando por isso em aberto aferir o efeito de medidas de

Do ponto de vista dos grupos etários considerados sobressai o facto de ser no contexto das crianças, que se regista um impacto mais reduzido das transferências sociais no risco de pobreza. Se para os adultos estas prestações permitem um decréscimo para cerca de metade deste risco e para os idosos para cerca de 65 %, para as crianças a redução do risco de pobreza após transferências sociais situa-se apenas na casa dos 30 %.

política social que não se consubstanciam em transferências de carácter monetário.

Dos apuramentos que constam da Tabela 1 disponível em anexo, ressalta o facto destas transferências permitirem uma redução do risco de pobreza monetária na ordem dos 50 %, para a generalidade dos indivíduos. Todavia, será importante detalhar um pouco mais esta análise, não só de acordo com os grupos etários considerados como também tendo em conta o conteúdo específico das referidas transferências.

Do ponto de vista dos grupos etários considerados sobressai o facto de ser no contexto das crianças, que se regista um impacto mais reduzido das transferências sociais no risco de pobreza. Se para os adultos estas prestações permitem um decréscimo para cerca de metade deste risco e para os idosos para cerca de 65 %, para as crianças a redução do risco de pobreza após transferências sociais situa-se apenas na casa dos 30 %.

Será importante referir que no caso dos idosos a redução do risco de pobreza após transferências sociais seria

necessariamente elevado, tendo em conta que tais transferências incluem as pensões. Este facto está necessariamente patente nos apuramentos incluídos na Tabela 1.

Se atentarmos no efeito das transferências sociais destinadas à família/criança percebemos um efeito quase marginal das mesmas. Estas constituem uma parcela relativamente reduzida do conjunto das transferências sociais e, por isso, com um efeito também necessariamente não muito elevado na redução do risco de pobreza infantil. Todavia, esta redução resume-se a cerca de três pontos percentuais.

A análise efectuada constitui apenas uma primeira avaliação do impacto da política social por duas ordens de razão: porque se confina às prestações de carácter pecuniário e porque não permite identificar os reais beneficiários dentro do agregado familiar de tais prestações. Todavia e porque estas transferências significam um aumento do rendimento disponível do agregado familiar, condição de recursos subjacente à análise da pobreza monetária, a análise realizada não sendo completa permite-nos realizar uma primeira avaliação da eficácia da política social na pobreza e, em particular, na pobreza infantil.

Os cenários ensaiados de alteração das medidas de política social basearam-se no diagnóstico elaborado da problemática da pobreza infantil. Deste diagnóstico sobressaíram dois factores de vulnerabilidade à pobreza infantil: o número de crianças incluídas no agregado familiar e a composição da família. Por isso estes factores constituíram os eixos de condução do exercício de simulação realizado.

Este exercício partiu do ensaio de vários cenários a partir de variações no montante das prestações destinadas à família/criança⁸ e avaliação dos efeitos na incidência e na intensidade da pobreza infantil. Os resultados obtidos apresentam-se na Tabela 3 em anexo.

O exercício de simulação realizado permitiu eleger como factor preponderante na definição de medidas de política social o número de crianças incluído no agregado familiar. A majoração das prestações sociais destinadas à família/criança dada por:

$$(\alpha \cdot \sqrt{n.^\circ \text{ de crianças por agregado}}) \%$$

⁸ Na prática está-se a realizar uma simulação nas alterações ao nível do abono de família.

A pobreza infantil é um problema que se impõe pela sua dimensão e consequências. Daí o interesse crescente que o problema desperta não só do ponto de vista académico como no contexto das prioridades políticas.

com $\alpha=20, 50$ e 100 parece ser a mais eficaz. A influência do número de crianças do agregado familiar faz-se sentir de forma regressiva uma vez que se toma a raiz quadrada do seu número. Desta forma têm-se em conta as economias de escala que se verificam com o aumento no número de crianças na família.

4. Conclusão

A pobreza infantil é um problema que se impõe pela sua dimensão e consequências. Daí o interesse crescente que o problema desperta não só do ponto de vista académico como no contexto das prioridades políticas.

Neste artigo pretende-se analisar os principais contornos da pobreza infantil em Portugal. Prosseguindo uma análise unidimensional – assente no conceito de pobreza monetária – e multidimensional – baseada no conceito de privação – analisa-se a pobreza infantil a partir da base de dados transversal e longitudinal do ICOR, disponibilizada pelo INE para o período 2004 a 2008 no primeiro caso, e de 2005 a 2007 no segundo caso. Realiza-se também uma primeira avaliação da eficácia da política social implementada na redução deste problema.

Os apuramentos obtidos mostram que as crianças constituem o grupo etário com uma evolução mais desfavorável quer da pobreza monetária como da privação. O mesmo se passa no que concerne à duração da pobreza. Estes resultados sublinham a importância do problema da pobreza infantil e apontam para a necessidade de definição de medidas que permitam a sua redução.

O impacto das transferências sociais na redução da pobreza infantil faz-se sentir de forma diminuta sendo ainda, relativamente aos restantes grupos etários, ao nível das crianças que este impacto é menor. O exercício de simulação encetado aponta para a importância de considerar o número de crianças no agregado familiar como eixo de definição das transferências específicas da família/criança, porquanto este número parece constituir um factor de vulnerabilidade à pobreza infantil. O mesmo se pode afirmar relativamente à monoparentalidade sendo contudo de notar que o reduzido número de observações amostrais limita a análise neste contexto, nomeadamente em termos dinâmicos.

Tabela 1 Principais indicadores de pobreza monetária, desagregação por escalão etário

	2004	2005	2006	2007	2008
Incidência (risco de pobreza)					
Total de indivíduos	20,5	19,4	18,6	18,1	19,1
Criança (até 17 anos)	24,5	23,3	20,8	20,9	23,5
Criança até 5 anos	21,3	19,9	16,8	15,8	15,9
Criança entre 6 e 15 anos	25,0	24,1	21,0	22,4	25,3
Criança entre 16 e 17 anos (1)	30,4	27,8	27,8	24,9	30,6
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	17,1	16,2	15,8	15,2	17,2
Idoso (65 ou mais anos)	28,5	27,2	26,5	25,6	21,6
Intensidade					
Total de indivíduos	6,2	5,6	5,4	5,1	5,3
Criança (até 17 anos)	7,9	7,2	6,3	6,0	7,3
Criança até 5 anos	6,5	5,4	5,4	4,8	3,9
Criança entre 6 e 15 anos	8,1	7,6	6,1	6,3	8,3
Criança entre 16 e 17 anos (1)	10,6	9,5	9,1	7,2	9,4
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	5,6	5,1	4,9	4,5	5,0
Idoso (65 ou mais anos)	6,6	6,1	6,1	6,2	4,7
Severidade					
Total de indivíduos	3,0	2,6	2,5	2,1	2,3
Criança (até 17 anos)	4,0	3,3	3,1	2,6	3,4
Criança até 5 anos	3,2	2,3	2,8	2,2	1,7
Criança entre 6 e 15 anos	4,2	3,5	2,9	2,7	4,1
Criança entre 16 e 17 anos (1)	5,3	4,9	4,7	3,0	4,0
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	2,9	2,5	2,4	1,9	2,2
Idoso (65 ou mais anos)	2,4	2,2	2,3	2,4	1,7
Risco de pobreza antes de transferências sociais					
Total de indivíduos	41,4	40,7	40,3	40,1	41,3
Criança (até 17 anos)	35,5	33,7	30,4	30,3	32,2
Criança até 5 anos	29,7	27,8	25,4	23,3	24,0
Criança entre 6 e 15 anos	36,7	35,8	31,3	32,4	33,6
Criança entre 16 e 17 anos (1)	44,2	38,1	36,2	34,5	43,1
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	32,0	31,3	31,1	30,6	31,5
Idoso (65 ou mais anos)	81,0	81,2	82,7	83,5	83,6
Risco de pobreza antes de transferências sociais (à excepção das pensões)					
Total de indivíduos	26,5	25,7	25,4	24,3	24,6
Criança (até 17 anos)	31,7	30,5	27,7	27,3	29,3
Criança até 5 anos	27,0	25,5	23,0	20,5	22,0
Criança entre 6 e 15 anos	33,0	32,2	28,4	29,6	30,1
Criança entre 16 e 17 anos (1)	37,3	35,0	34,0	30,6	40,9
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	23,3	22,6	23,0	22,0	23,5
Idoso (65 ou mais anos)	32,8	31,7	31,6	29,3	24,4
Risco de pobreza antes de prestações sociais destinadas à família/criança					
Total de indivíduos	21,9	21,1	20,0	19,4	20,6
Criança (até 17 anos)	27,5	27,1	23,6	23,5	26,5
Criança até 5 anos	24,5	22,8	19,2	17,6	20,1
Criança entre 6 e 15 anos	27,9	28,4	24,3	25,3	27,5
Criança entre 16 e 17 anos (1)	33,0	31,6	29,2	27,1	34,9
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	18,3	17,5	17,1	16,4	18,5
Idoso (65 ou mais anos)	28,8	27,6	26,7	25,9	22,1

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR), 2004 a 2008.

(1) Refere-se a um subgrupo com algumas reservas de análise dado o baixo número amostral associado.

Tabela 2 Fluxos de entrada e de saída de situações de pobreza entre t-1 e t, segundo o escalão etário

Características do indivíduo no momento t	Taxa de saída		Taxa de entrada		Taxa de persistência	
	t=2006	t=2007	t=2006	t=2007	t=2006	t=2007
Total de indivíduos	3,7	5,6	4,5	3,8	15,7	14,6
Criança (até 17 anos)	4,3	6,8	4,8	5,9	19,6	17,0
Criança até 5 anos	5,8	4,6	4,4	5,0	15,8	11,4
Criança entre 6 e 15 anos	4,0	6,7	5,2	5,8	20,1	18,0
Criança entre 16 e 17 anos	3,8	9,2	3,2	7,5	21,9	17,1
Adulto em idade activa (entre 18 e 64 anos)	3,5	4,5	3,7	3,8	13,3	12,4
Idoso (65 ou mais anos)	3,7	7,7	6,7	2,5	20,0	19,4

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR), painel equilibrado 2005-2007.

Taxa de saída: Pobre no momento t-1 e não pobre no momento t.
Taxa de entrada: Não pobre no momento t-1 e pobre no momento t.
Taxa de persistência: Pobre nos momentos t-1 e t.

Tabela 3 Principais indicadores de pobreza monetária após majoração das prestações familiares, por escalão etário

		Crianças							
		Até 17 anos		Até 5 anos		entre 6 e 15 anos		entre 16 e 17 anos	
Indicadores de pobreza		Incidência	Intensidade	Incidência	Intensidade	Incidência	Intensidade	Incidência	Intensidade
Unidade: Crianças de acordo com o escalão etário seguinte Original		23,5	7,3	15,9	3,9	25,3	8,3	30,6	9,4
Cenário 1 Famílias monoparentais	Majoração 20 %	23,5	7,2	15,9	3,9	25,3	8,2	30,6	9,3
	Majoração 30 %	23,5	7,2	15,9	3,9	25,3	8,2	30,6	9,2
	Majoração 50 %	23,5	7,1	15,9	3,9	25,3	8,1	30,6	9,1
	Majoração 100 %	23,2	6,9	15,9	3,9	24,8	7,9	30,2	8,8
	Majoração 200 %	22,6	6,6	15,9	3,8	24,3	7,5	28,2	8,2
	Majoração 210 %	22,1	6,6	15,6	3,8	23,9	7,5	27,4	8,1
Cenário 2 Famílias numerosas	Majoração 20 *raizq (n.º de crianças) %	22,9	6,1	15,4	3,3	24,7	6,9	29,9	7,9
	Majoração 50 *raizq (n.º de crianças) %	21,2	5,5	13,8	3,0	23,0	6,2	27,9	7,2
	Majoração 100 *raizq (n.º de crianças) %	18,9	4,5	12,6	2,5	20,3	5,1	25,2	5,9
Cenário 4 Todas as famílias com crianças	Majoração global 5 %	23,5	7,2	15,9	3,9	25,3	8,2	30,6	9,3
	Majoração global 10 %	23,4	7,1	15,7	3,8	25,2	8,1	30,6	9,2
	Majoração global 15 %	23,4	7,1	15,7	3,8	25,2	8,1	30,6	9,1
	Majoração global 20 %	23,2	7,0	15,6	3,8	25,0	8,0	30,6	9,0
	Majoração global 100 %	22,2	6,0	14,7	3,2	24,0	6,9	29,5	7,8
	Majoração global 200 %	20,4	4,9	12,8	2,6	22,3	5,6	27,3	6,4
	Majoração global 286 %	18,9	4,0	11,3	2,1	20,8	4,6	25,4	5,3
	Majoração global 300 %	18,3	3,9	11,3	2,1	20,0	4,4	25,4	5,1

Referências Bibliográficas

- BASTOS, A.; MACHADO, C. (2009) "Child poverty - a multidimensional measurement", *International Journal of Social Economics*, vol. 36, pp. 237-251.
- BOMBA, T.; FERNANDES, R.; MACHADO, C. (2006) "Medição da privação – abordagem metodológica". In NEVES, A. (Ed.). *Protecção Social*. MTSS/DGEEP, Lisboa.
- BRADSHAW, J.; HOELSCHER, P.; RICHARDSON, D. (2007). "An Index of Child Well-Being in the European Union", *Journal of Social Indicators*, vol. 80, number 1, January 2007, pp. 133-177.
- DANZIGER, S. K.; DANZIGER, S. (2010) "Child Poverty and Antipoverty Policies in the United State: Lessons from Research and Cross-National Policies", in *From Child Welfare to Child Well-Being*, pp. 255-274. Springer Netherlands.
- EUROPEAN COMMISSION (2008), *Child Poverty and Well-Being in the EU. Current status and way forward*, The Social Protection Committee.
- FOSTER, J. E.; GREER, J.; THORBECKE, E. (1984), A Class of Decomposable Poverty Measures, *Econometrica*, vol. 52, nº 3, pp. 761-766.
- GRIGGS, J.; WALKER, R. (2008), *The costs of child poverty for individuals and society*, Joseph Rowntree Foundation.
- TOWNSEND, P. (1979), *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Households Resources and Standards of Living*, Penguin Books, Harmondsworth.

